

CONTRATO DE FORNECIMENTO/MONTAGEM

CONTRATO REF.ª Nº 24_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

AUTOMATIC LIFE LDA - FORNECEDOR DE EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TERRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALI DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de S. Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.



CONTRATO REF.ª N.º 24_ GPENAPOR_2022

Contrato de Fornecimento /Montagem

ENTRE:

PRIMEIRA: ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**;

E

SEGUNDA: AUTOMATIC LIFE LDA - FORNECEDOR DE EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, com sede em Mindelo - Rua Angola 29, Ilha de São Vicente, Cabo Verde, Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Mindelo sob o N.º 266436692/2207520121226, inscrito com o NIF: 266436692, legitimamente representada pela Sr.ª **Orietta Betti**, portadora do passaporte n.º YA9568749, emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional Italiana, titular do NIF: 164863583, na qualidade de Gerente adiante designada por **Segunda Outorgante**.

Entre os Outorgantes supra identificados e nas respectivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente Contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:



Cláusula 1^a
(Objeto)

1. O Presente contrato tem por objeto o fornecimento/Montagem de dois portões seccionados em alumínio, para as Oficinas do Porto Grande, conforme consta da proposta adjudicada Fatura Proforma N.º 43/2022.

Cláusula 2.^a
(Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer os Portões Seccionados em Alumínio, objeto do presente contrato, pelo valor indicado na Clausula 3^a, sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3.^a
(Preço Contratual)

1. O preço contratual pelo fornecimento, cujo objeto encontra-se identificado na Cláusula 1.^a, é do montante de 1.941,652\$00 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil e seiscentos e cinquenta e dois escudos caboverdianos), montante a ser acrescido o valor do (IVA), à taxa legal em vigor.

Cláusula 4^a
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. O Fornecimento/montagem será faturado nos seguintes:
 - a) **50% a Confirmação**, equivalente a **970.826\$00**(novecentos e setenta mil e oitocentos e vinte e seis escudos caboverdianos), ao qual acrece o imposto sobre o valor acrescentado (iva) à taxa legal em vigor.
 - b) **30% a Chegada de Material Pronto**,equivalente a **582.495,6\$00**(quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa e cinco escudos e seis centavos), ao qual acrece o imposto sobre o valor acrescentado (iva) à taxa legal em vigor.
 - c) **20% a instalação concluída**, equivalente a **388.330,6\$00**(Trezentos e oitenta e oito mil e trezentos e trinta escudos e seis centavos), ao qual acrece o imposto sobre o valor acrescentado (iva) à taxa legal em vigor.



2. A Segunda Outorgante emitirá a(s) fatura(s) em nome da Primeira Outorgante, sendo esta(s) enviada(s) para ENAPOR, SA, Administração Central, Rua Avenida Marginal, CP. Nº 82 – S. Vicente.
3. O pagamento da fatura será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua receção.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para a conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito e no prazo de 3 (três) dias após receção da fatura, os respetivos fundamentos, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários, também por escrito, ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 5.^a
(Prazo e local de Entrega)

1. A Segunda outorgante obriga-se a fornecer/montagem, dos portões seccionados em alumínio para as oficinas de Porto Grande, nas instalações do Porto no prazo de **8/10 semanas após a assinatura do contrato.**

Cláusula 6.^a
(Meios logísticos)

1. A execução dos serviços objeto do presente contrato, será garantida pela Segunda Outorgante, sujeita à disponibilização, por parte da Primeira Outorgante, das seguintes condições:
 - a) Acesso às instalações dos portos onde se realize a prestação de serviço objeto deste presente contrato;
 - b) Acesso às infraestruturas físicas dos portos onde se realize a prestação de serviço objeto deste presente contrato;
 - c) Pontos de Energia nos locais onde serão executados os trabalhos de manutenção;
 - d) Disponibilização de um técnico para acompanhamento e supervisão dos trabalhos;
 - e) Disponibilização de uma grua e um operador para a elevação dos técnicos. A disponibilização da grua deverá ser concertada pelas partes, **para que não ocorra constrangimentos ao nível das operações**



portuárias. A Segunda Outorgante assume todos os riscos inerentes aos serviços a serem efetuados pelos seus técnicos. O Plano de trabalho aprovado pelas partes deverá ser integralmente cumprido.

Cláusula 7.^a
(Obrigações principais da Segunda Outorgante)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do presente contrato decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações:
 - a) Fornecer **os portões seccionados em alumínio**, compreendidas no presente contrato;
 - b) Respeitar toda legislação que lhe seja aplicável;
 - c) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações ;
 - d) Informar, de imediato, a Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenham conhecimento e que possam ser considerados objectivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
 - e) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente ao fornecimento/montagem dos portões seccionados em alumínio;

Cláusula 8.^a
(Dever de Boa Execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos.



Clausula 9ª
(Saúde, Segurança no Trabalho e Responsabilidade Civil)

1. A Segunda Outorgante, na qualidade de Prestador de Serviço, terá todo o cuidado com a correta utilização da indumentária, vestuário, outros equipamentos de proteção individual-EPIS e higiene e segurança no trabalho, utilização dos processos e procedimentos HACCP e ISO e assumirá todos os encargos atinentes a eventuais acidentes no local da prestação de serviço.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a efetuar, junto das seguradoras, o Seguro de Responsabilidade Civil e a apresentar a respetiva Apólice sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

Clausula 10ª
(Sigilo e Confidencialidade)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter a confidencialidade sobre toda a informação a que venha a ter acesso no âmbito do presente Contrato, desde que esta não seja de conhecimento público ou não lhe haja sido comunicada por terceiros.
2. A Segunda Outorgante não fará uso, ou permitirá que terceiros façam uso de quaisquer informações, dados ou outros conhecimentos facultados ou aos quais tenham acesso por via e no âmbito do presente contrato, sem o prévio consentimento da Primeira Outorgante.

Clausula 11.ª
(documentos)

Os serviços serão executados de acordo com os seguintes documentos:

- a) O presente contrato;
- b) A proposta apresentada pela segunda outorgante;



Cláusula 12.^a
(Notificações e Comunicações)

As Outorgantes efetuarão as notificações e/ou comunicações a que houver lugar no âmbito deste contrato por qualquer um dos seguintes meios:

ENAPOR SA	ENAPOR, SA – Av. Marginal, C.P. 82, Mindelo, República de Cabo Verde - Telefone: (238) 2307500, 2609060 Correio eletrónico: concursos.procurement@enapor.cv
AUTOMATIC LIFE LDA -	Fornecedor de Equipamentos Comerciais e Industriais Mindelo rua Angola, Ilha Sao vicente, Cabo Verde Tel: +238 2314646 email: Automatic.life.cv@gmail.com

Clausula 13.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante ou a terceiros por si subcontratados para o fornecimento objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.
3. O valor da multa por pedido, é calculado da seguinte forma:
 - i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias;
 - ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;



- (a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
- (b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantido o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis para o exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita;

**Cláusula 14.^a
(Força Maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades à Primeira Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá comunicar a Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.



Cláusula 15.^a
(Inspeção)

1. Realizada a entrega formal dos Portões que compõem, objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo de 7 (sete) dias, a uma inspeção qualitativa das mesmas, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis, sem prejuízo pela fiscalização que decorrerá durante a fase de execução dos trabalhos.
2. Durante esta fase a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a colaboração e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização dos mesmos por técnicos que considere devidamente credenciados para o efeito.
3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada (se aplicável), serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 16.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. A conclusão dos trabalhos deverá ser notificada pela Segunda Outorgante à Primeira Outorgante, através de carta registada ou correio eletrónico.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da correspondência referida no número anterior, a Primeira Outorgante promoverá a recepção provisória dos trabalhos, fazendo-os inspecionar pela Fiscalização.
3. Após a realização da Inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá de isso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.
4. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) item(s), no prazo de 30 (trinta) dias, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.



5. Após a realização das reparações ou substituições necessárias, pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 17.^a
(Garantia)

1. A Segunda Outorgante concederá, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, uma **garantia de boa execução** contra defeitos de execução da empreitada objeto do presente contrato, pelo período de 1 (um) ano.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção provisória;
3. Durante o prazo de garantia, a Segunda Outorgante será responsável pela conservação, reparação e reconstrução dos projetos;
4. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos fortuitos e de força maior;
5. Findo o prazo de garantia, a Segunda Outorgante deverá requerer à Primeira Outorgante, através de carta registada ou correio eletrónico, a recepção definitiva dos projetos.

Cláusula 16.^a
(Aceitação dos trabalhos)

1. Caso se venha a verificar a total conformidade, no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de receção provisória da empreitada, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade das obras da empreitada referida na Cláusula 1^a do presente contrato, para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante



Cláusula 19.^a
(Resolução pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e, ainda, nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:
 - a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
 - b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na lei;
 - c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
 - d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas durante a execução do presente contrato;
 - e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
 - f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
 - g) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato;
 - h) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;

Cláusula 20.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.



Cláusula 21.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por período superior a 10 (dez) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25 % (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela Primeira Outorgante da manutenção do contrato;
 - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Primeira Outorgante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
 - (a) A resolução não implique grave prejuízo à relação jurídica contratual ou,
 - (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira da Segunda Outorgante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução previsto no presente artigo pode ser exercido por via judicial ou extrajudicial.
4. No caso previsto na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



Cláusula 22.^a
(Prevalência)

Em caso de divergência, o texto do presente contrato prevalecerá sobre a proposta apresentada pela Segunda Outorgante.

Cláusula 23.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 24.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação cabo-verdiana aplicável.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam

Este Contrato, constituído por 15 (quinze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes. Identificados e rubricados pelas partes.


Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 19 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

ENAPOR, SA




Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva

A Segunda Outorgante

AUTOMATIC LIFE LDA


Sr.ª Orietta Betti